



DITADURA MILITAR

Com o reconhecimento internacional do filme *Ainda estou aqui*, na conquista do Oscar, a ex-presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos espera mais recursos e menos restrições ao trabalho que apura casos ainda ocultos do período autoritário

Expectativa de fazer justiça a outras vítimas

» FERNANDA STRICKLAND
» RENATA GIRALDI

Oscar de Melhor Filme Internacional para *Ainda estou aqui* provoca uma série de expectativas, sobretudo para quem aguarda a justiça para as vítimas dos crimes cometidos na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). É o caso da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), recriada em 2024, mas que sofre com a ausência de um orçamento próprio e adequado para o que se destina, além de entraves que dificultam certas ações.

Com a missão de reconhecer formalmente as mortes desse período e localizar os corpos das vítimas, o colegiado tem de desempenhar um trabalho árduo e dispendioso, atualmente concentrado no Cemitério Dom Bosco, chamado de Perus, em São Paulo, além de buscas de corpos no Araguaia e em cemitérios públicos do Rio de Janeiro e do Recife.

Em entrevista ao *Correio*, a ex-presidente da comissão Eugênia Gonzaga diz estar confiante de que a atenção criada pelo longa em torno do período militar, com os desaparecimentos, as torturas e os assassinatos, mais recursos sejam investidos na causa.

“Além da possibilidade do reconhecimento formal, a comissão tem a obrigação de fazer a busca de corpos nos casos em que há indícios de onde estão localizados. É um trabalho muito difícil, muito caro, que envolve muitos profissionais, e a comissão nunca teve orçamento próprio para isso”, afirma.

Desde sua criação, o colegiado depende da estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, pasta que também sofre com a limitação financeira. Sem verbas específicas para contratações de profissionais, como peritos, e financiamentos de pesquisas, a comissão apelou para o Congresso Nacional. “(Como) esse orçamento não veio do Executivo, então fomos buscar via emendas parlamentares”, explica. Porém ela diz que, ainda assim, faltam recursos.

Apesar das dificuldades, a Comissão Especial sobre Mortos e

Sony Pictures



Cena do filme: apesar das dificuldades, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos comemora avanços significativos



Até hoje, mesmo no caso do Rubens Paiva, tão rumoroso, você ainda tem informações e contrainformações em que fica muito difícil dizer exatamente o que aconteceu. Não há uma versão final e oficial sobre centenas de casos de militantes políticos”

Eugênia Gonzaga, ex-presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Desaparecidos Políticos comemora avanços significativos. Em 2018, por exemplo, foram identificados dois desaparecidos políticos entre as ossadas de Perus, cemitério clandestino na zona norte de São Paulo. “Parece um número pequeno, mas não é. Na América Latina, em 15 anos, foram os dois únicos casos de identificação, porque é um trabalho realmente muito difícil, muito complexo, mas tem caminhos, é possível fazer”, ressalta Eugênia Gonzaga.

Outros entraves

De acordo com a ex-presidente, os entraves ao trabalho da comissão não se limitam à falta de recursos, atingem também resistências às investigações e uma burocracia arraigada e vinculada ao passado ditatorial. Segundo Eugênia, até em casos de grande

repercussão, como o do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido entre 20 e 22 de janeiro de 1971, surgem empecilhos para tentar impedir as apurações.

“Até hoje, mesmo no caso do Rubens Paiva, tão rumoroso, você ainda tem informações e contrainformações em que fica muito difícil dizer exatamente o que aconteceu. Não há uma versão final e oficial sobre centenas de casos de militantes políticos”, lamenta. “A luta para localizar e identificar os desaparecidos políticos segue como uma questão pendente na história do Brasil. Enquanto a estrutura da comissão permanecer frágil, famílias continuarão sem respostas, e o país seguirá em dívida com sua própria memória.”

Anteontem, o Ministério Público Federal divulgou um vídeo em que detalha as investigações sobre os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar, com destaque

para Paiva. A partir da denúncia, apresentada em 2014, cinco agentes de segurança são investigados — apenas dois deles estão vivos. Há, ainda, outros processos referentes ao período da ditadura. O tema está suspenso porque aguarda interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) para definir se esses crimes são protegidos pela Lei da Anistia ou se serão excluídos. Para o Ministério Público, esses atos têm caráter “permanente”, portanto, não podem ser abarcados pela lei.

Eugênia reclama da ausência de transparência sobre a abertura para os documentos militares e a resistência em reconhecer crimes da ditadura, daí a expectativa dela em torno dos efeitos do filme *Ainda estou aqui* na vida prática da comissão, uma vez que o país passou a se interessar pelo tema e cobrar respostas. “É possível fazer”, frisa.

Três perguntas para

EUGÊNIA GONZAGA, EX-PRESIDENTE DA CEMDP

O que significa a premiação de *Ainda estou aqui* para os que lutam pelo reconhecimento dos crimes da ditadura?

Em primeiro lugar, estou extremamente comovida com a homenagem feita a Eunice Paiva. É claro que ela representa muitas mães e esposas em uma luta incansável, assim como centenas ou milhares de famílias cujos pais e filhos foram vítimas da violência do Estado. Tive a oportunidade de conhecê-la. Em 2017, eu e outro perito da comissão realizamos a coleta de sangue dela e de seus filhos para a obtenção de material genético destinado ao banco de DNA da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Já conhecia sua filha Vera, que também é membro da comissão e conselheira junto comigo.

Como foi esse encontro?

Ela já enfrentava o Alzheimer, mas, mesmo assim, foi completamente colaborativa e disponível. Algum tempo depois, Eunice faleceu, precisamente no dia 13 de dezembro, data que marca o aniversário do Al-5 — o famigerado ato que levou à cassação de seu marido. No velório, sua filha Vera comentou: ‘Você concorda que minha mãe precisava fazer um último ato político? E esse ato político foi falecer no dia 13 de dezembro’. Ontem (domingo), quando o Walter fez aquele oferecimento, tão bonito, que esse Oscar é dela, eu falei: ‘Nossa, falecer no dia 13 de dezembro não foi o último ato político dela. Ela ainda está aqui! A luta dela continua reverberando e vai reverberar sempre’.

Como o MPF reabriu as investigações do caso Rubens Paiva, será que outros virão?

A questão da Lei da Anistia está no STF desde 2010, quando foi decidido que ela beneficiava os agentes da ditadura. Essa decisão foi política, pois a Lei da Anistia não menciona diretamente os militares ou agentes da ditadura; isso foi uma interpretação baseada em um pacto político equivocados, que apostou no esquecimento para consolidar a democracia. Após essa decisão, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que a Lei da Anistia não se aplica a graves violações de direitos humanos, pois esses crimes não contra a humanidade e não podem ser anistiados ou prescrever. Houve recursos e novas ações questionando a decisão do STF, mas o tribunal nunca voltou a analisar o tema. Desde 2010, o julgamento dessa questão tem sido adiado. Agora, quando finalmente decidem pautá-lo, limitam a análise apenas aos crimes permanentes, como a ocultação de cadáver, o que é um recorte muito restrito.

Luiz Silveira/Agência CNJ



Barroso: filme “reverencia uma história de resistência e superação”

Aplausos de ministros do STF

Autoridades e entidades comemoraram a consagração do filme *Ainda estou aqui*, que mostrou ao mundo a história de Eunice Paiva e sua luta pelo reconhecimento de responsabilidade do Estado no sequestro e na morte do marido, o ex-deputado Rubens Paiva. No Supremo Tribunal Federal (STF), os ministros comemoraram a premiação.

O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, usou as redes sociais e citou o poeta Ferreira Gullar ao comentar a vitória. “A arte existe porque a vida não basta. O Oscar recebido por *Ainda estou aqui* reverencia uma história de resistência e superação que não deve ser esquecida”, escreveu.

Decano do STF, o ministro Gilmar Mendes ressaltou que o Oscar foi conquistado em um momento especial do país. “Celebramos, neste mês, 40 anos de nossa redemocratização! Em 15 de março de 1985, o então vice-presidente José

Sarney tomava posse, encerrando duas décadas de ditadura no país”, explicou no X. “O filme, de maneira sensível, retrata os horrores do regime e suas consequências para a vida dos brasileiros. Eunice Paiva, interpretada com brilhantismo pela Fernanda Torres, é símbolo de resiliência e serve para nos lembrar que a luta pela democracia tem que ser constante”, acrescentou.

O ministro Flávio Dino também celebrou o feito, apontando a grandiosidade da cultura brasileira: “Comemoramos essa vitória especial com Walter Salles, Fernanda Torres, Selton Mello e todos os fazedores dessa arte monumental”, disse ele.

Para a presidente da Comissão de Anistia do Brasil, Ana Oliveira, *Ainda estou aqui* tem um papel pedagógico. “Nós tivemos um período do governo passado em que o processo de anistia foi completamente destruído, os perseguidos políticos foram

revitimizados. Agora, iniciamos um novo ciclo, analisando os processos com critério e cuidado”, ressaltou. “O filme tirou de debaixo do tapete o debate sobre perseguição política”, completa ela, que aguarda uma ação do Ministério da Educação para incluir nos currículos escolares o que foram essas violações.

A conselheira da Ordem dos Advogados Brasil (OAB) Nacional e especialista em direitos humanos, Sílvia Souza, destaca a premiação do filme como uma “vitória” com gosto especial, pois ocorre no momento em que os Estados Unidos e outros países elegeram governos antidemocráticos.

“Isso reflete, de forma importantíssima, no campo dos direitos humanos. Principalmente no contexto atual da política internacional, em que o presidente dos EUA, Donald Trump, anuncia publicamente ofensiva aos direitos humanos de todas as formas”, frisa. (FS e RG)